



**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2026CR-SESAU
INEXIGIBILIDADE 008/2026IN
Processo Administrativo nº 036/2026IN**

**CRENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA CONFEÇÃO DE PRÓTESES
DENTÁRIAS (TOTAIS E PARCIAIS REMOVÍVEIS)**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS DE MONTE ALTO**, inscrito no CNPJ sob nº. 11.453.571/0001-06, com sede na PC DA BANDEIRA, 230, CENTRO, nesta cidade de PALMAS DE MONTE ALTO, estado da BAHIA, CEP 46.460-000, por meio do seu gestor, o Senhor CARLOS ANDRÉ SILVA MAGALHÃES, Secretário Municipal de Saúde de Palmas de Monte Alto, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, torna público o PROCESSO ADMINISTRATIVO / LICITATÓRIO 036/2026IN DO **EDITAL DE CRENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS nº 002/2026-CR**, que tem por objeto O CHAMAMENTO PÚBLICO DESTINADO AO CRENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS E PARCIAIS REMOVÍVEIS, COM O OBJETIVO DE ATENDER À DEMANDA DE PACIENTES ASSISTIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO – BA. O período para entrega dos documentos será a partir de **24 de março de 2026 até 31 de dezembro de 2026**, podendo ser prorrogado ou extinto a critério da administração, por razão de conveniência ou oportunidade. Os documentos poderão ser entregues das 7:30 as 12:00hs das 13:30 as 17:00hs, no Setor de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Palmas de Monte Alto (BA), sito à Praça da Bandeira, n. 230, Centro, neste Município de Palmas de Monte Alto, Estado da Bahia, CEP: 46.460-000, ou pelo e-mail contratacaodireta2022@gmail.com.

1. DO OBJETO DO CRENCIAMENTO

1.1. O presente Chamamento Público tem por objeto O CHAMAMENTO PÚBLICO DESTINADO AO CRENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS E PARCIAIS REMOVÍVEIS, COM O OBJETIVO DE ATENDER À DEMANDA DE PACIENTES ASSISTIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO – BA, que tenham habilitação para o exercício das funções previstas neste Edital.

1.2. ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇOS E TABELA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE EST/ANO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR	150	R\$ 374,33	R\$ 56.149,50
2	PRÓTESE TOTAL MAXILAR	150	R\$ 374,86	R\$ 56.229,00
3	PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL	150	R\$ 371,99	R\$ 55.798,50
4	PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL	150	R\$ 371,99	R\$ 55.776,00
TOTAL			600	

A equipe técnica mínima exigida para fins de credenciamento deverá ser composta por, no mínimo, 01 (um) Cirurgião-Dentista com habilitação em Prótese Dentária, devidamente registrado no respectivo conselho de classe, 01 (um) Técnico em Saúde Bucal (TSB), e ainda, a inclusão de 01 (um) Técnico de Enfermagem para apoio às atividades assistenciais, especialmente no que tange aos protocolos de biossegurança, acolhimento e suporte ao paciente, devendo todos os profissionais comprovar regular inscrição e situação ativa junto aos seus respectivos conselhos profissionais, quando aplicável.

Os serviços deverão ser obrigatoriamente prestados no âmbito territorial do Município de Palmas de Monte Alto – BA, em local adequado e compatível com as normas sanitárias vigentes e aprovado pelo Município, sendo de responsabilidade da credenciada garantir a estrutura necessária ao pleno atendimento dos usuários encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde. Tal exigência justifica-se em razão do perfil socioeconômico dos pacientes atendidos, em sua maioria em situação de vulnerabilidade social, o que inviabiliza ou dificulta significativamente o



deslocamento para outros municípios, comprometendo o acesso ao serviço, a continuidade do tratamento e a efetividade das ações de saúde pública, em observância aos princípios da universalidade, integralidade e eficiência que regem o Sistema Único de Saúde.

1.3. DA REGÊNCIA LEGAL

O presente procedimento de credenciamento rege-se pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com suas alterações posteriores, especialmente pelo art. 74, inciso IV, o qual dispõe ser inexigível a licitação quando inviável a competição, notadamente nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

Aplica-se, ainda, a Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, a Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, bem como as demais legislações pertinentes, observando-se, subsidiariamente, os princípios do direito público, suplementados pelas normas de direito privado, quando couber.

2. DAS CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

- 2.1. Poderá participar do processo qualquer entidade pessoa física ou jurídica que satisfaça todas as exigências deste edital, especialmente as condições de habilitação.
- 2.2. A participação no processo de credenciamento implicará a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis.
- 2.3. Os serviços devem obedecer aos requisitos do Sistema Único de Saúde – SUS, com vistas a garantir as condições adequadas ao atendimento da população;
- 2.4. Estar ciente das condições necessárias à prestação do serviço tais como: local, horário.
- 2.5. Possuir todos os critérios para fornecimento do objeto, de acordo com o descrito no termo de referência.
- 2.6. Poderão participar desta licitação as pessoas físicas e empresas (pessoa jurídica) do ramo da atividade pertinente ao objeto do presente, desde que atendam às exigências mínimas deste instrumento, e que não estejam suspensas ou declaradas inidôneas por parte do Poder Público.
- 2.7. Não poderão participar da presente Licitação:
 - a) Não atenderem as exigências e condições do Edital e seus anexos;
 - b) Ser servidores efetivos (concursados) desta municipalidade;
 - c) As empresas em regime de recuperação de crédito e as que estejam em regime pré-falimentar ou falidas e;
 - d) As empresas reunidas em consórcio, ou grupo de empresas.

3. DO PERÍODO DE CREDENCIAMENTO/ DA ABERTURA DOS ENVELOPES:

- 3.1. Para participar do sistema de Credenciamento, os interessados deverão apresentar os documentos discriminados nos itens abaixo. É de exclusiva responsabilidade do interessado se certificar de que a documentação foi entregue, podendo valer-se de entrega local ou postagem ou outro meio que entender mais conveniente.
- 3.2. Documentos:
- 3.3. MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO, conforme ANEXO III.

3.3.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante deverá ser verificado e os seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

3.4. DA DOCUMENTAÇÃO:

- 3.5. Os interessados deverão indicar a prestação dos serviços, a respectiva modalidade, que deverá ser comprovado conforme abaixo:
- 3.6. Para comprovação do vínculo serão aceitos os seguintes documentos:
- 3.7. Pessoas jurídicas – vínculo demonstrado através de CTPS ou contrato de prestação de serviços.
- 3.8. Pessoas físicas com habilidades e comprovação que possuem experiências na prestação dos serviços.



- 3.9. Certificado ou protocolo de requerimento de Registro da Instituição no Conselho Regional de Medicina, Odontologia, ultrassonografia, Fisioterapia, Educador Físico e Odontologia;

3.9.1. PESSOA JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou última alteração se nesta constar o objeto social e a administração da empresa;

3.9.2. PESSOA FÍSICA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas;
- b) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

3.10. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 3.10.1. A regularidade fiscal deverá ser verificada e emitida pela Agende de Contratação Direta, sendo dispensado a apresentação deste pelo licitante vencedor. A regularidade fiscal será comprovada pelos seguintes documentos:

- a) CNPJ - Prova de **inscrição** no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso (Pessoa Jurídica);
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional (Pessoa Jurídica e Pessoa Física).
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (Pessoa Jurídica);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Pessoa Jurídica e Pessoa Física);
- e) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa junto aos Estado em que o licitante é domiciliado (Pessoa Jurídica).
- f) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, quando a empresa for sediada no MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO / BA (Pessoa Jurídica e Pessoa Física);

- 3.10.2. Caso a Agente de Contratação Direta não consiga emitir alguma das comprovações deverá comunicar a licitante para que este envie a comprovação no prazo de 5 (cinco) dias. O documento faltante enviado pelo licitante deverá ter o seu conteúdo validado.

3.11. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

- 3.11.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 3.11.2. Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- 3.11.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão estar em nome do proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ ou CPF e com o endereço respectivo, observando ainda o que segue, conforme preceitua a legislação vigente.
- 3.11.4. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste título inabilitará o participante no credenciamento.

3.12. DECLARAÇÕES:

- 3.12.1. O Credenciado deverá apresentar as seguintes declarações, conforme Anexo V.
 - a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;



- b) Que conhece todas as regras do instrumento convocatório, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;
 - c) Que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços;
 - d) Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
 - e) Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas;
 - f) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - g) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - h) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - i) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.12.1.1. Os documentos poderão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou conferidas com os originais por servidor público do Município de Palmas de Monte Alto, sendo dispensada a autenticação quando se tratar de cópia disponibilizada por intermédio da Internet.

4. DO PROCEDIMENTO

4.1. O procedimento de credenciamento será composto pelas seguintes fases:

- a) Divulgação do Edital;
- b) Recebimento da documentação do interessado;
- c) Análise da documentação apresentada;
- d) Fase recursal;
- e) Homologação do resultado final;
- f) Assinatura do contrato;
- g) Ordem de serviço; e
- h) Pagamento.

4.2. Recebidos os documentos, a Agente de Contratação DiretaDireta fará a apreciação dos mesmos num prazo de até 05 (cinco) dias, contados da data do recebimento através do protocolo geral do Município de Palmas de Monte Alto, abrindo prazo de 02 (dois) dias para interposição de recurso no caso de indeferimento de documentos.

4.3. Após a fase de habilitação, o credenciado será convocado para, no prazo de até cinco dias úteis, assinar do termo contratual.

4.4. Após assinatura do contrato, será emitida ordem de serviço, dando-se início a prestação de serviços;

4.5. O resultado do julgamento da habilitação e do julgamento dos recursos administrativos interpostos pelos licitantes, deste processo será publicado no site: www.palmasdemontealto.ba.gov.br e no setor de licitações localizado no endereço: Praça da Bandeira, n.º 230, Centro, Palmas de Monte Alto, Bahia. CEP: 46.460-000, e maiores informações através do telefone: (77)3662-2113; e e-mail: agentecontratacao2022@gmail.com.

4.5.1. O credenciamento será formalizado mediante Termo próprio, contendo as cláusulas e condições previstas neste Edital.

5. DO PAGAMENTO

5.1. Após homologação do Credenciamento de Pessoa Jurídica ou Física e assinatura do Instrumento Contratual, o Município de Palmas de Monte Alto emitirá Ordem de Fornecimento para início da prestação dos serviços objeto deste Edital.

5.2. O pagamento dos serviços será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal e emissão das certidões negativas e será através de transferência bancária, cuja informação bancária do Credenciado constará no Contrato.

5.3. O atraso na emissão de certidões, para efetivação do pagamento, será de inteira responsabilidade do Credenciado(a).



6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas com a realização dos serviços, objeto do presente Edital correrá pelas seguintes dotações

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: **0808000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

ATIVIDADE/PROJETO: **2.065 - GESTAO DAS ACOES DA ATENCAO PRIMARIA**

ELEMENTO DA DESPESA: **3.3.90.36.00 - Outros SERVs TERC - Pessoa Física**

3.3.90.39.00 - Outros SERVs TERC - Pessoa Jurídica

FONTE: **1500 – Recursos Ordinários**

1600 – Transf.SUS-BI.de Manut.Ações e Serv.Púb.Saúde

7. DOS SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES DO (A) CREDENCIADO (A)

- 7.1. Para prestação dos serviços a Tabela de Preços possui valor estimado até o dia 31 de dezembro de 2026, podendo haver extinção ou prorrogação em razão de conveniência e oportunidade da Administração.
- 7.2. Trata-se de mera expectativa de contratação, diante disso, não há obrigatoriedade de consumo.
- 7.3. O Credenciado responderá por todos os custos referentes aos serviços prestados no atendimento à solicitação do objeto deste edital, bem como, será responsável por todos os encargos fiscais, previdenciários, trabalhistas dos seus subordinados que não possuem qualquer relação jurídica/trabalhista como o Município de Palmas de Monte Alto.
- 7.4. Os serviços serão prestados no decorrer do ano de 2026, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, com base no Artigo 124 da Lei 14.133/2021;

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1. O cumprimento fiel de horários e datas para à prestação dos serviços, objeto do presente edital, são de responsabilidade do Credenciado.
- 8.2. O Credenciado habilitado terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para assinar o contrato, sob pena da perda do direito objeto deste Edital.
- 8.3. Ao representante legal do Município de Palmas de Monte Alto no uso de suas atribuições, fica assegurado o direito de, de acordo com interesse da Administração Pública, revogar ou anular o presente processo de credenciamento, sem que caiba aos CREDENCIADO quaisquer direitos a reclamações ou indenizações.
- 8.4. O Credenciado poderá rescindir o credenciamento a qualquer tempo, devendo informar ao Município de Palmas de Monte Alto, mediante Termo de Rescisão com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;
- 8.5. Fica vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação a tabela de pagamento adotada;
- 8.6. Aplicam-se ao presente Edital de Credenciamento os dispositivos da Lei 14.133/2021.

Palmas de Monte Alto, Bahia, 23 de março de 2026.

JANAINA PINTO NUNES PORTO

Agente de Contratação Direta

Portaria n.º 020/2025



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 002/2026CR-SESAU
INEXIGIBILIDADE Nº 008/2026IN

1.1. O presente Termo de Referência reúne o conjunto de informações necessárias e as condições mínimas exigíveis, tendo por objetivo subsidiar o processo licitatório, com o escopo de promover a (o) CHAMAMENTO PÚBLICO DESTINADO AO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS E PARCIAIS REMOVÍVEIS, COM O OBJETIVO DE ATENDER À DEMANDA DE PACIENTES ASSISTIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO – BA, conforme especificações e quantidades estabelecidas nesse Termo de Referência.

1.2. A relação dos itens a serem adquiridos e suas quantidades estão distribuídas da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE EST/ANO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR	150	R\$ 374,33	R\$ 56.149,50
2	PRÓTESE TOTAL MAXILAR	150	R\$ 374,86	R\$ 56.229,00
3	PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL	150	R\$ 371,99	R\$ 55.798,50
4	PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL	150	R\$ 371,99	R\$ 55.776,00
TOTAL				R\$ 223.953,00

No preço cotado deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Município aderiu ao programa **Brasil Sorridente**, política pública instituída pelo Governo Federal no âmbito da **Sistema Único de Saúde**, voltada à ampliação do acesso da população aos serviços de saúde bucal, especialmente à reabilitação protética de pacientes que sofreram perdas dentárias.

A adesão ao referido programa possibilita o recebimento de recursos federais destinados especificamente ao custeio da confecção de próteses dentárias para usuários da rede pública municipal de saúde. Tal iniciativa tem por finalidade promover a reabilitação funcional e estética dos pacientes, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida, da autoestima e da capacidade de alimentação adequada da população assistida.

Nesse contexto, verifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada ou profissional habilitado para a prestação de serviços de **confecção de próteses dentárias**, incluindo próteses totais e/ou parciais removíveis, conforme a demanda identificada pela Secretaria Municipal de Saúde e pelos profissionais da rede de atenção básica.

Importa destacar que a Administração Municipal não dispõe, em sua estrutura própria, de laboratório de prótese dentária nem de profissionais técnicos suficientes para atender à demanda gerada pelo programa, o que inviabiliza a execução direta dos serviços. Assim, a contratação externa mostra-se medida



necessária para assegurar a efetiva implementação da política pública e a correta aplicação dos recursos transferidos pela União.

Além disso, a prestação desse serviço permitirá ampliar a resolutividade da atenção básica em saúde bucal, reduzindo filas de espera e garantindo que os usuários do sistema público tenham acesso ao tratamento reabilitador, em consonância com os princípios da universalidade, integralidade e equidade que regem o **Sistema Único de Saúde**.

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se indispensável para viabilizar a execução do programa **Brasil Sorridente** no âmbito municipal, assegurando a adequada utilização dos recursos públicos transferidos e promovendo o atendimento da demanda social existente por reabilitação protética na rede pública de saúde.

Saliente-se que o órgão consulente optou pela figura do chamamento público, tendo em vista a possibilidade de contratação de mais de um profissional para a realização dos serviços, desde que atendam todas as exigências do edital, frisando que tal procedimento não acarretará prejuízo e que a intenção de sua utilização nada mais é do que melhor atender as necessidades da Administração, mediante a seleção do maior número possível de interessados em prestar o serviço buscado através de um procedimento simples, rápido, público e impessoal.

3. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. O prazo para a prestação do serviço será conforme data, local e horário definido pela Secretaria demandante.

3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de Imediato, a contar da notificação da CREDENCIADO, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas prevista neste Termo de Referência.

3.3. A execução do serviço não exclui a responsabilidade da CREDENCIADO pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.4. Na execução do presente contrato, os partícipes deverão observar as seguintes condições:

- I – O acesso aos serviços do SUS faz-se exclusivamente pela Secretaria Municipal de Saúde;
- II – O objeto do presente contrato será realizado conforme encaminhamento a ser efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde;
- III – As ações e os serviços de saúde executados são dotados de gratuidade, não podendo haver cobrança aos usuários ou seus acompanhantes, de qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato;
- IV – Os serviços ora CREDENCIADO serão prestados diretamente pela CREDENCIADO ou por profissionais da CREDENCIADO, ou seja, por membro do seu corpo técnico e de profissionais, por profissional que tenha vínculo empregatício com a CREDENCIADO ou por profissional autônomo, empresa, grupo, sociedade ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área de saúde e que prestem serviços à CREDENCIADO.;



V – A execução do objeto dar-se-á segundo princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, regulamentados pela Lei nº 8.080, com observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e respectivos gestores do SUS;

VI – A CREDENCIADO deverá prestar atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS;

Parágrafo Primeiro: Sem prejuízo do acompanhamento, da regulação, da fiscalização e da normatividade suplementar, exercidos pelo CREDENCIANTE sobre a execução do objeto deste contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção municipal da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Segundo: É de responsabilidade exclusiva e integral da CREDENCIADO a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, devendo a mesma também arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CREDENCIANTE.

Parágrafo Terceiro: Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CREDENCIADO:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades CREDENCIADOS;
- c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

4. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/21)

- 4.1. Serão CREDENCIADO os profissionais que atuem na Área de Saúde PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS (TOTAIS E PARCIAIS REMOVÍVEIS), que tenham habilitação para o exercício das funções previstas neste Edital.
- 4.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital de Chamamento Público.
- 4.3. Os critérios de qualificação técnica e econômico-financeira a serem atendidos pelo prestador estão previstos no Edital de Chamamento Público.

5. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

5.1. São obrigações da CREDENCIANTE:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à CREDENCIADO, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CREDENCIADO, através de servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à CREDENCIADO no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;



5.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CREDENCIADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CREDENCIADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADO

6.1. A CREDENCIADO deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar, imediatamente após tomarem conhecimento, à CREDENCIANTE os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Em nenhuma hipótese poderá haver subcontratação integral do objeto. A subcontratação parcial será permitida em situações devidamente fundamentadas e justificadas, devendo ser aceitas pela CREDENCIANTE.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CREDENCIADO com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO



9.1. Nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CREDENCIADO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CREDENCIADO.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão CREDENCIANTE atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CREDENCIADO providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CREDENCIANTE.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se a situação de irregularidade da CREDENCIADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da CREDENCIANTE.

10.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CREDENCIANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CREDENCIADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



10.9. Persistindo a irregularidade, a CREDENCIANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CREDENCIADO a ampla defesa.

10.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CREDENCIADO não regularize sua situação de habilitação.

10.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a CREDENCIADO inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CREDENCIANTE.

10.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CREDENCIADO não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CREDENCIANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, que será calculada *pro rata die* sobre INPC.

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CREDENCIADO, os preços CREDENCIADO poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CREDENCIADO obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.



12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2.1. A sanção prevista no inciso I deste será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item 20.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.2. O atraso injustificado ou retardamento na entrega do objeto deste certame sujeitará a CREDENCIADO, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor, tem como base o valor total da solicitação/ordem de fornecimento.

12.2.3. Após 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso na entrega do objeto será considerado inexecução, total quando for a primeira entrega ou parcial a partir da segunda entrega.

12.2.4. Nos casos de cometimento das infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 13.1, será aplicada multa de 10% sobre o valor de referência do item/lote.

12.2.5. Nos casos de cometimento das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 13.1, será aplicada multa de 15% sobre o valor de referência do item/lote.

12.2.6. Será aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar na hipótese de cometimento das infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 13.1.



12.2.7. Será aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar na hipótese de cometimento das infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 13.1.

12.2.8. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a CREDENCIADO possuir com o MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO / BA, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

12.2.9. Em caso de reincidência, a multa poderá ser aplicada em dobro, respeitando o limite máximo de 30% (trinta por cento).

12.2.10. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II mesmo item.

12.2.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao CREDENCIADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando for o caso, ou será cobrada judicialmente.

12.2.12. A aplicação das sanções previstas neste Edital artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.2.13. As sanções serão processadas de acordo com a Lei 14.133/2021.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2026.

14. DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato será realizada pelo servidor abaixo indicado:

Servidor Responsável: ROSYLLENE LOURENÇO CHAVEIRO
Matrícula N.º: 2052327
E-mail: Rosy.chaveiro@gmail.com

A Gestão do contrato será realizada pelo servidor abaixo indicado:

Servidor Responsável: WESLEY MAIKON DOS SANTOS ARAÚJO
Matrícula N.º: 2052369
E-mail: Wesleymaikon66@gmail.com

CARLOS ANDRÉ SILVA MAGALHÃES
Secretário Municipal de Saúde



ANEXO II – TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº...../..... PROCESSO DE CREDENCIAMENTO 002/2026CR-SESAU

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026IN
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 002/2026CR
INEXIGIBILIDADE 008/2026IN

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS DE MONTE ALTO**, inscrito no CNPJ sob nº. 11.453.571/0001-06, com sede na PC DA BANDEIRA, 230, CENTRO, nesta cidade de PALMAS DE MONTE ALTO, estado da BAHIA, CEP 46.460-000, por meio do seu gestor, o Senhor CARLOS ANDRÉ SILVA MAGALHÃES, Secretário Municipal de Saúde de Palmas de Monte Alto, de ora em diante denominada CREDENCIANTE, e a empresa/pessoa física.....situada ou residente na Rua....., N°bairro, cidade, neste ato representado pela Sr. brasileiro(a), portador do RG, CPF nº, residente e domiciliado na Rua....., N°, Bairro....., na cidade de/BA, aqui denominada de CREDENCIADO, tendo em vista a Homologação do Processo Administrativo n.º 036/2026, Credenciamento nº 002/2026, e em conformidade com dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores; firmam o presente Termo Contratual, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO

O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 036/2026IN, no Processo de Inexigibilidade de Credenciamento nº, ratificado em ____ de ____ de 2026, publicado no Diário Oficial do Município de Palmas de Monte Alto-BA, em ____ de ____ de 2026, edição nº __, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, do Decreto Municipal nº 064, de 22 de março de 2024, bem como nas demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO E VALOR

CHAMAMENTO PÚBLICO DESTINADO AO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS E PARCIAIS REMOVÍVEIS, COM O OBJETIVO DE ATENDER À DEMANDA DE PACIENTES ASSISTIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO – BA, tudo conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE EST/ANO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR	150	R\$ 374,33	R\$ 56.149,50
2	PRÓTESE TOTAL MAXILAR	150	R\$ 374,86	R\$ 56.229,00
3	PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL	150	R\$ 371,99	R\$ 55.798,50
4	PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL	150	R\$ 371,99	R\$ 55.776,00
TOTAL				R\$ 223.953,00

§ 1º O MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO pagará às empresas/pessoas físicas as importâncias acima mencionadas, relacionadas à cada tipo de produto. Valor este que é fixo e irrevogável durante a vigência do contrato. Caso o estabelecimento diferente do constante na tabela acima, deverá ser pago o menor valor entre eles.

§ 2º Trata-se de expectativa de contratação, assim, o valor do presente contrato depende do número de fornecimento realizados pelo CREDENCIANTE, conforme tabela de preços, prevista na cláusula anterior.

§ 3º No valor especificado no *caput* desta cláusula e na tabela da cláusula segunda, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto especificado na cláusula segunda deste contrato, constituindo-se na única remuneração devida pela CREDENCIANTE.

§ 4º Caso haja mais de uma empresa/pessoa física credenciada no mesmo item, os usuários poderão optar pelo profissional ou empresa que preferir, podendo adotar o sistema de rodízio.



CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente contrato tem VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES A PARTIR DE SUA ASSINATURA, podendo ser prorrogado ou extinto conforme legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO

O pagamento do presente contrato será efetuado na conta número , agência , do Banco , titularidade do CREDENCIADO.

§ 1º Não será objeto de pagamento os serviços não efetuados dentro da boa técnica profissional e os serviços não constantes na tabela da cláusula segunda.

§ 2º O pagamento será efetuado após a emissão da nota fiscal e as devidas certidões em até 30(trinta) dias mediante transferência bancária

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os serviços aqui CREDENCIADO correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: **0808000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

ATIVIDADE/PROJETO: **2.065 - GESTAO DAS ACOES DA ATENCAO PRIMARIA**

ELEMENTO DA DESPESA: **3.3.90.36.00 - Outros SERVs TERC - Pessoa Física**

3.3.90.39.00 - Outros SERVs TERC - Pessoa Jurídica

FONTE: **1500 – Recursos Ordinários**

1600 – Transf.SUS-BI.de Manut.Ações e Serv.Púb.Saúde

CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DE EXECUÇÃO.

Na execução do presente contrato, os partícipes deverão observar as seguintes condições:

I – O acesso aos serviços do SUS faz-se exclusivamente pela Secretaria Municipal de Saúde;

II – O objeto do presente contrato será realizado conforme encaminhamento a ser efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde;

III – As ações e os serviços de saúde executados são dotados de gratuidade, não podendo haver cobrança aos usuários ou seus acompanhantes, de qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato;

IV – Os serviços ora CREDENCIADO serão prestados diretamente pela CREDENCIADO ou por profissionais da CREDENCIADO, ou seja, por membro do seu corpo técnico e de profissionais, por profissional que tenha vínculo empregatício com a CREDENCIADO ou por profissional autônomo, empresa, grupo, sociedade ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área de saúde e que prestem serviços à CREDENCIADO.;

V – A execução do objeto dar-se-á segundo princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, regulamentados pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, com observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e respectivos gestores do SUS;

VI – A CREDENCIADO deverá prestar atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS;

VII – É de responsabilidade exclusiva e integral da CREDENCIADO o fornecimento de todos os insumos necessários à execução do objeto deste contrato, aí incluídos equipamentos, insumos, órteses, próteses e materiais comuns ou especiais, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CREDENCIANTE.

Parágrafo Primeiro: Sem prejuízo do acompanhamento, da regulação, da fiscalização e da normatividade suplementar,



exercidos pelo CREDENCIANTE sobre a execução do objeto deste contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção municipal da Secretaria Municipal de Saúde, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

Parágrafo Segundo: É de responsabilidade exclusiva e integral da CREDENCIADO a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, devendo a mesma também arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CREDENCIANTE.

Parágrafo Terceiro: Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízos das sanções cabíveis, caso se constate que a CREDENCIADO:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades CREDENCIADOS;
- c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

CLÁSULA SÉTIMA: DAS NORMAS DE ATENDIMENTO AO CREDENCIADO

Deverá atender a demanda a ele encaminhada, prestando os serviços conforme descrito no edital, em atendimento ao MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO.

CLÁSULA OITAVA: DA REGULARIDADE DO CREDENCIADO

O CREDENCIADO deverá manter-se habilitado junto aos respectivos órgãos de fiscalização da sua categoria, mantendo todas as condições de habilitação durante o período de execução do contrato, sob pena de rescisão contratual.

CLÁSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

I – SÃO OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE:

- a) expedir as ordens de serviço para que o CREDENCIADO preste o serviço;
- b) comunicar, de imediato, qualquer alteração na forma da prestação dos serviços, tendo antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;
- c) conferir e aprovar os serviços realizados;
- d) efetuar o pagamento dos serviços realizados nos moldes do edital e da lei;
- e) prestar, aos CREDENCIADO, todas as informações necessárias para o bom desempenho dos serviços.

II – SÃO OBRIGAÇÕES DO(A) CREDENCIADO(A):

- a) Tratar o público com cortesia, de modo universal e igualitário, evitando ter com ele qualquer tipo de transtorno;
- b) Permitir a fiscalização dos serviços pelos prepostos do CREDENCIANTE, em qualquer tempo e mantê-lo permanentemente informado a respeito do andamento deste;
- c) Comunicar ao CREDENCIANTE a ocorrência de fato superveniente que possa acarretar atraso na prestação do serviço, no prazo de 03 (três) dias úteis;
- d) Aceitar os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato;
- e) Promover toda a organização para o bom fornecimento do objeto, oferecendo qualidade, assiduidade e boas práticas na prestação do serviço. Não será aceito em nenhuma hipótese, atraso na prestação de serviço, sem prévia comunicação dentro do prazo e conforme estabelecido na letra c
- f) Oferecer estabelecimento próprio nas cidades credenciadas;



- g) Entregar objeto conforme estabelecido na descrição contida no termo de referência, observando as boas práticas alimentares.

CLÁSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO DA CREDENCIANTE

Poderá rescindir este contrato, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nas hipóteses previstas em lei, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

- I. Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte do CREDENCIADO.
- II. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- III. Ocorrência de atraso superior a 03 (três) dias após a solicitação dos serviços pelo CREDENCIANTE;
- IV. Descredenciamento do CREDENCIADO;

§ 1º Face a gravidade da infração, poderão ser aplicadas pena de multa de 10% sobre o valor do contrato, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

§ 2º O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado os pagamentos devidos pelo CREDENCIADO.

CLÁSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA CESSÃO DO CONTRATO

Este contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência.

CLÁSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

Fica eleito o foro da sede do CREDENCIANTE, da Comarca de Palmas de Monte Alto, Bahia, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim justos e CREDENCIADO, assinam o presente contrato em duas vias datilografadas todas de igual forma e teor, CREDENCIANTE e CREDENCIADO, na presença de duas testemunhas a tudo presente.

Palmas de Monte Alto, Bahia, ____/____/2026.

CREDENCIANTE:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS DE MONTE ALTO
CARLOS ANDRÉ SILVA MAGALHÃES
Secretário Municipal de Saúde

CREDENCIADO:

XXXXXXXXXXXXX
CNPJ/CPF: XXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXX

ROSYLLENELOURENÇO CHAVEIRO
Fiscal Do Contrato

WESLEY MAIKON DOS SANTOS ARAÚJO
Gestor Do Contrato



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PALMAS DE MONTE ALTO - ESTADO DA BAHIA**

Praça da Bandeira, N° 230, Centro - CEP 46.460-000 | CNPJ 13.982.590/0001-47

**ANEXO III
MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO - N° 036/2026IN
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 002/2026CR
INEXIGIBILIDADE 008/2026IN

**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS OU PROFISSIONAIS PARA CONFEÇÃO DE
PRÓTESES DENTÁRIAS (TOTAIS E PARCIAIS REMOVÍVEIS)**

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO DESTINADO AO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS E PARCIAIS REMOVÍVEIS, COM O OBJETIVO DE ATENDER À DEMANDA DE PACIENTES ASSISTIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO – BA.

RAZÃO SOCIAL/PESSOA FÍSICA: _____
CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____
RESPONSÁVEL: _____
CPF: _____

PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE EST/ANO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR	150		
2	PRÓTESE TOTAL MAXILAR	150		
3	PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL	150		
4	PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL	150		
	TOTAL	600		

LOCAL/DATA

NOME/CPF



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PALMAS DE MONTE ALTO - ESTADO DA BAHIA**

Praça da Bandeira, N° 230, Centro - CEP 46.460-000 | CNPJ 13.982.590/0001-47

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO - N° 036/2026IN
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 002/2026CR
INEXIGIBILIDADE 008/2026IN

Empresa: _____, inscrita no CNPJ/CPF sob N° _____, com sede na Rua _____, n° _____, por intermédio de seu representante legal _____, portador(a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n° _____, DECLARA, sob as penas da Lei que:

- a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n° 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- b) Que conhece todas as regras do instrumento convocatório, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- c) Que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços;
- d) Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- e) Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas;
- f) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- g) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- h) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- i) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local -UF, _____ de _____ de 2026.

Nome, Carimbo e Assinatura da Representante legal